

# III SEMANA DO CONHECIMENTO

Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

## O Cenário de Proteção Social do Trabalhador com Neoplasia Maligna no Brasil

**AUTOR PRINCIPAL:** Roberta Melo Câmara de Mattos

**CO-AUTORES:** Cleide Fátima Moretto

**ORIENTADOR:** Cleide Fátima Moretto

**UNIVERSIDADE:** Universidade de Passo Fundo

### INTRODUÇÃO

É crescente o número de trabalhadores que adoecem com o diagnóstico de neoplasia maligna, alterando as condições de vida em geral e de trabalho, repercutindo em sua renda, pois que nem sempre estão cobertos pela seguridade social. O estudo objetiva avaliar o contexto de proteção social do trabalhador com neoplasia maligna no Brasil e os desafios que se apresentam para os trabalhadores do mercado informal, de modo a compreender o alcance das políticas públicas e da seguridade social no que diz respeito à proteção integral do trabalhador (SILVA, 2014).

Com base no sistema de Seguridade Social estabelecido por meio da Constituição Federal de 1988, questiona como ocorre a articulação de suas políticas integrantes para compreender a complexidade de acesso do sujeito. Propõe-se discutir sobre as novas configurações assumidas pelo trabalho e seus efeitos no cotidiano dos trabalhadores, o adoecimento inerente a todo trabalhador e a realidade deste com neoplasia.

### DESENVOLVIMENTO:

O estudo, em nível descritivo e com abordagem quanti e qualitativa, baseia-se na pesquisa bibliográfica na área das políticas sociais e da legislação da Seguridade Social no Brasil, além da pesquisa de levantamento de dados secundários a partir da base do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2015) e do Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2006).

Aponta que o Sistema de Seguridade Social brasileiro, composto pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, apresenta a primeira delas como única política universal, a segunda nos moldes de seguro e a última atribuída como central. Apreende-se, portanto, que a condição de não-contributividade de uma política não garante o acesso

# III SEMANA DO CONHECIMENTO

30-31 DE OUTUBRO  
2016

universal à mesma, assim como sua universalidade não a vincula necessariamente à contribuição prévia. Neste sentido, evidencia que o conceito de proteção social permanece restrito aos serviços socioassistenciais, em detrimento das competências das demais políticas públicas. Destaca o quão agravado pode configurar-se o diagnóstico de neoplasia para um trabalhador do mercado informal, no sentido de acentuar a situação de vulnerabilidade social.

Pondera que o fator de exposição ao câncer compreendido pelo trabalho não se constitui em fator específico ou decisivo por si só para o desencadeamento de algum tipo de neoplasia, tendo em vista a sua ocorrência ser observada em razão da associação dos seus múltiplos fatores. Todavia, os tumores malignos do trato digestivo – entre eles o de estômago – compõe a lista de tumores relacionados ao trabalho resultante da exposição ao agente etiológico ou fator de risco de natureza ocupacional. No período entre 2007 e 2013, observa que os tipos mais frequentes de câncer relacionados ao trabalho no Brasil são o câncer de pulmão, os mesoteliomas, o de pele, o de bexiga e as leucemias. Os dados dos acidentes na modalidade “sem Comunicação de Acidente de Trabalho” são expressivos e indicam a gravidade e urgência em relação à proteção efetiva da saúde do trabalhador frente aos riscos reais a que está submetido cotidianamente em razão de sua sobrevivência.

Com relação à rede de atenção à pessoa com câncer no Brasil, ressalta a vigência da Política Nacional de Atenção Oncológica, instituída em 2005, tratando da “promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos”, garantindo a sua implantação em todas as unidades federadas. O estudo alerta para a importância da consideração dos determinantes sociais para promoção e manutenção da saúde do sujeito, pautado no princípio da integralidade do cuidado. Em se tratando do trabalhador do mercado informal com neoplasia, aponta a compreensão da comumente realidade de não “adequação” do mesmo aos critérios estabelecidos pelos programas da Política de Assistência Social, e, portanto, não lhe sendo asseguradas as garantias básicas para sobrevivência e superação do quadro de vulnerabilidade vivenciado para além da questão de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O sistema de seguridade brasileiro apresenta fragilidades no que se refere ao trabalhador brasileiro com neoplasia maligna, especialmente aquele do mercado informal. Justificam-se ações pouco coesas no que se refere à capacidade de minimizar os possíveis agravantes sociais, durante o delicado período que se constitui o tratamento oncológico, tendo em vista a multidimensionalidade envolvida no direito do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer - Inca. *A situação do câncer no Brasil: coordenação de prevenção e vigilância*. Rio de Janeiro: INCA, 2006.

# III SEMANA DO CONHECIMENTO

Universidade e comunidade  
em transformação

3 A 7 DE OUTUBRO  
DE 2016

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS. Dados estatísticos. Estatísticas da Previdência. Saúde e Segurança do Trabalhador. *Base de dados: estatísticas sobre acidentes de trabalho*. Brasília, 2015.

SILVA, Marta Borba. A proteção social no contexto brasileiro: dos anos 1930 ao Sistema Único da Assistência Social; Cidadania, direitos sociais e usuários. In: \_\_\_\_\_. *Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 83-121; 123-158.